

Carta Mensal Educativa

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

ISSN 1414-4778

Ano: 30 - nº 293 – Janeiro de 2025

<https://youtu.be/BVHYrAPwkNs>

As instituições e empresas educacionais de ensino superior mantidas pela livre iniciativa e seus impactos positivos na educação brasileira

João Roberto Moreira Alves ()*

As primeiras instituições de ensino superior no Brasil foram criadas no início do século XIX, com a transferência da corte portuguesa, em 1808, para o nosso País, ainda quando colônia.

Elas tinham por objetivo fornecer quadros profissionais para desempenhar diferentes funções ocupacionais na corte e eram mantidas pelo Poder Público de então.

Com o passar dos anos novas instituições foram sendo criadas pelos governos federal e estaduais.

Somente mais tarde foi permitido que as entidades sem fins lucrativos solicitassem autorização para funcionar com os cursos superiores e deveriam ser universidades. Apenas em casos excepcionais deveriam haver faculdades isoladas.

Uma das principais razões para a atuação das organizações privadas no ensino superior foram os excedentes das universidades públicas. O governo não conseguiu expandir as vagas especialmente nas federais e os movimentos estudantis geraram impacto na sociedade, sendo encontrada a fórmula de acolhimento dos alunos em outras instituições.

Na prática essa orientação não foi seguida e o número de faculdades ultrapassou em poucos anos o das universidades.

Até o ano de 1997 somente poderiam atuar no ensino superior privado as instituições mantidas por fundações ou associações, que naturalmente são sem fins econômicos.

Um decreto passou a permitir os estabelecimentos de ensino superior mantidas e administradas por pessoas físicas ou jurídicas de direito privado.

Esse princípio funciona até os dias de hoje e se coadunam com o que está previsto na Constituição Brasileira que diz que o ensino é livre à iniciativa privada.

Passamos a ter, portanto, universidades e faculdades credenciadas pelo Governo Federal e pelos Governos Estaduais.

Também foi criada a figura do centro universitário, que são igualmente credenciados.

Decorreram os anos e o número de alunos no ensino superior foi crescendo, especialmente com a adoção da metodologia de educação a distância, erroneamente chamada pelo governo federal de modalidade.

Vale citar que a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional define quais são as modalidades de educação e a EaD não é contemplada como uma das categorias. É permitida e até mesmo incentivada pela lei devendo ter o natural apoio.

O cenário que se vê no Brasil nessas últimas décadas foi um extraordinário crescimento da educação superior graças à atuação das empresas (organizações com fins de lucro) e das instituições (entidades sem finalidade econômica).

Não obstante os esforços dos governos federal, estaduais e municipais – esses últimos que passaram também a ter permissão para manter universidades, centros universitários e faculdades – o aumento de alunos é pequeno pois a expansão é reprimida por falta de verbas ou por ausência de interesse público.

Enquanto as instituições federais e estaduais tem que oferecer o ensino gratuito, as municipais passaram a ter o direito de efetuar cobrança pelos serviços prestados, tendo, na prática, uma certa equivalência com as particulares.

Não existem dados disponíveis que se possa dimensionar o montante de recursos públicos investidos pelo poder público nas três esferas, contudo são valores significativos custeados pelas pessoas físicas e jurídicas que são tributadas para sustentar os gastos dos poderes executivo, legislativo e judiciário.

Também não se tem informações dos gastos das mantenedoras privadas com o setor, o que impede se fazer um quadro comparativo.

Os sistemas de gestão são diferentes e naturalmente trazem rentabilidade social e econômica totalmente diversos.

Feitas essas considerações vemos os resultados quantitativos sendo divulgados através dos Censos do Ensino Superior.

O último divulgado mostra a existência de 2.580 instituições de ensino superior, sendo 2.264 particulares e 316 públicas. Em termos percentuais temos 87,75% de privadas.

No tocante a alunos, de um universo de 9.976.782 alunos matriculados nos cursos de graduação superior há 7.907.652 vinculados às particulares e 2.069.130 às públicas, equivalendo a 79,26%.

Vê-se, desta forma, um forte impacto do setor privado na educação superior brasileira.

O ideal seria que as instituições públicas aumentassem o número de vagas para atender à demanda contudo não se vislumbram ações para alterar significativamente o quadro nacional.

Considerando que o aumento de alunos nas IES privadas decorreu de expansão da educação a distância há clara disposição do executivo federal em restringir sua atuação e com isso minimizar a diferença entre o público e privado.

O Brasil necessita aumentar o atendimento no ensino superior para proporcionar às empresas e demais setores condições de enfrentar os desafios do crescimento econômico.

() Presidente do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação*

EXPEDIENTE

Carta Mensal Educacional

Publicação mensal do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Exemplares arquivados na Biblioteca Nacional de acordo com Lei nº 10.944, de 14 de dezembro de 2004 (Lei do Depósito Legal).

ISSN (International Standard Serial Number) nº 1414-4778 conforme registro no Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia - IBICT (Centro Brasileiro do ISSN), vinculado ao Ministério de Ciência e Tecnologia.

Editora do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação cadastrada no ISBN (International Standard Book Number) sob o nº 85927 conforme registro na Biblioteca Nacional.

Reprodução permitida by Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Editor Responsável - João Roberto Moreira Alves

Edição e Administração - Instituto de Pesquisas e Administração da Educação

Av. Rio Branco, 156 - Conjunto 1.926 - CEP 20040-901 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil

[http:// www.ipae.com.br](http://www.ipae.com.br) - e-mail: ipae@ipae.com.br

FICHA CATALOGRÁFICA

Carta Mensal Educacional

Nº 1 (fevereiro 1996) - Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisas e Administração da Educação, 1980 - N.1: 29.5 cm - Mensal

Publicação do Instituto de Pesquisas e Administração da Educação.

ISSN - 0103-0949